
XVI. Estratégias de intervenção em situação de risco, extremo risco e exploração sexual

João Carlos Franca*
Lumena Celi Teixeira**
Viviane Gorgatti***

"...torna-se difícil o sucesso no atendimento às meninas vítimas de exploração sexual comercial. Contudo, não é impossível. O que falta é o investimento em estudos que descubram um método psicopedagógico que propicie respostas positivas e a coragem de proceder a uma avaliação dos métodos até então aplicados e admitir o insucesso."

Marlene Vaz

Introdução

Em setembro de 1997 o Projeto Camará iniciou suas atividades no município de São Vicente, oferecendo espaços de atendimento psicológico a adolescentes, meninos e meninas em situação de risco. Naquele momento prevalecia a indicação de adolescentes vivendo situações de grave conflito familiar, que exigiam intervenção dos órgãos do sistema de garantia de direitos – Conselho Tutelar e Vara da Infância e Juventude. À medida que o dispositivo do atendimento se fortalecia com a presença na equipe técnica de terapeutas com experiência no trato dos distúrbios psíquicos graves, um novo perfil de encaminhamento se delineava: o de adolescentes do sexo feminino envolvidas em situações de extremo risco, que comportavam desde o uso abusivo

* Acompanhante terapêutico, é o coordenador geral do Projeto Camará.

** Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, professora da Unip-Santos, coordena o Núcleo de Pesquisa do Projeto Camará.

*** Psicóloga, especializada em psicanálise pelo Sedes Sapientiae-SP, coordena o Núcleo Psicossocial do Projeto Camará.

de substâncias psicoativas, prática de atos infracionais, até o envolvimento com a exploração sexual.

Neste momento, confrontada com a complexidade crescente do trabalho, a equipe viu-se na exigência de estabelecer estratégias de atuação institucional de maneira a contemplar ações de natureza clínica, política e de pesquisa e formação.

No plano clínico definiu-se o Acompanhamento Terapêutico como estratégia capaz de produzir um campo de análise e intervenção que possibilitasse ao sujeito acompanhado o reconhecimento de um lugar social e a abertura para novas formas de circulação de seu desejo no mundo.

No campo da atuação política, o Projeto Camará passou a integrar os conselhos participativos de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, desenvolvendo ações de articulação e de questionamento permanente da efetividade das políticas públicas, buscando continuamente uma postura crítica e propositiva.

Em relação ao campo da pesquisa e formação, definiu-se como essencial o desenvolvimento de pesquisas aplicadas como sustentáculo dos processos de intervenção, posto que ilumina o campo de análise, estabelece referenciais teórico-metodológicos e qualifica o trabalho de atendimento.

A partir destes três eixos estratégicos – clínica do atendimento, atuação política, pesquisa e formação – estrutura-se o trabalho com adolescentes em situação de extremo risco social e pessoal, com o objetivo central de promover sua inclusão social.

A Pesquisa Aplicada

A primeira fase do projeto "As Meninas", desenvolvida em 1999/2000, contou com apoio do Programa Brasil Criança-Cidadã (Ministério da Previdência e Ação Social), para realização de atendimento direto às meninas, suas famílias, e a produção de um estudo que revelasse os fatores articulados à exploração sexual de crianças e adolescentes em São Vicente, na forma de diagnóstico situacional. Desde então temos nos dedicado ao aprofundamento desse tema, tendo realizado em 2001 outro estudo, desta vez focalizando o sentido subjetivo atribuído por adolescentes prostituídas à exploração sexual.

Atualmente, em sua terceira fase, o projeto conta com o apoio do Instituto WCF-Brasil. Além das atividades culturais e de acompanhamento psicológico, estamos desenvolvendo pesquisa para delineamento do perfil psicossocial de adolescentes do sexo feminino, em situação de extremo risco e vitimizadas pela exploração sexual, no município de São Vicente (SP). Estamos na fase de análise dos dados, obtidos por meio de extenso questionário, semi-estruturado, aplicado às cinquenta meninas que participam do projeto.

Pretendemos apresentar neste artigo, sucintamente, alguns pontos revelados pelos estudos empreendidos, oferecendo uma leitura psicossocial do fenômeno que nos auxilie a compreendê-lo mediante a articulação entre seus determinantes sócio-históricos, a constituição da subjetividade da adolescente prostituída e do seu lugar social. Explicitaremos alguns referenciais teóricos que permeiam nossa concepção de sujeito e que justificam nossas ações na direção do estímulo e valorização da expressão da subjetividade das jovens participantes do projeto.

Contexto Social da Exploração Sexual

Apesar de estar localizada numa das regiões mais "ricas" do país, a Baixada Santista apresenta altos índices de desemprego, pobreza e violência, destinando à maioria de suas crianças e adolescentes uma condição de vulnerabilidade que se traduz em vivências concretas de risco pessoal e social. Resultado de um contexto macrossocial marcado por relações de exploração e desigualdade, uma das consequências mais perversas dessa vulnerabilidade é a exposição de crianças e jovens, especialmente do sexo feminino, às diversas manifestações da violência sexual.

Não nos deteremos aqui nos fatores determinantes desse fenômeno, enfatizando apenas que se trata de uma questão complexa, cujos determinantes precisam ser considerados e compreendidos articuladamente, já que se encontram dialeticamente relacionados na composição da nossa estrutura social. Além dos fatores socioeconômicos e políticos, referimo-nos também a aspectos históricos, culturais, jurídicos e éticos que caracterizam a sociedade brasileira. Vale destacar, no entanto, que se trata de uma sociedade marcada por uma estrutura de variados níveis de desigualdade, revelada não apenas pela dominação de classes, mas também pela dominação de gênero e raça: a grande maioria das vítimas da exploração sexual é pobre, do sexo feminino, negra ou mulata.

Outra marca importante a ser destacada refere-se à relação de autoritarismo entre adultos e crianças, reflexo de uma compreensão autoritária do pátrio poder. O poder do adulto sobre a criança e o adolescente se manifesta “num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro” (Faleiros, citado por Leal e César, 1998, p. 15). Este uso do poder, exercido pela força, é a antítese do exercício do poder legítimo. Este último é afirmado quando fundado na proteção e no respeito, cultivado em relações permeadas pelo diálogo e pelas trocas afetivas, consoante com o estado de direito.

“A implementação do paradigma da proteção integral, o reconhecimento e estímulo à autonomia e ao protagonismo de nossas crianças e adolescentes apresenta-se, portanto, como uma luta ideológica, cultural e simbólica contra esses valores presentes em nossa sociedade. Uma contradição social que mostra uma de suas facetas mais perversas na violência sexual, na imposição de uma relação de dominação e subjugação do adulto contra a criança ou o adolescente, que despreza e aniquila seu lugar de sujeito desejante e de direitos. E que, apesar de contar com uma legislação avançada quanto à proteção e garantia dos direitos de suas crianças e adolescentes, mantém um sistema de justiça que, via de regra, tolera a impunidade de abusadores e violadores desses direitos.” (Teixeira, 2001, pp. 18-19.)

A exemplo de outras regiões do país, também em São Vicente a violência sexual contra crianças e adolescentes surge como um grave problema social, a exigir um esforço conjunto da sociedade para seu enfrentamento. São necessárias ações enérgicas em várias direções, especialmente as que resultem em transformação cultural, estimulantes de uma sociedade de fato fundada no respeito às crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento, portanto alvos de cuidado e proteção, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. A exploração sexual deve ser compreendida no campo da violação dos direitos estabelecidos pelo ECA, e o adulto abusador/explorador responsabilizado pela sua conduta criminosa.

Durante muito tempo e expressão utilizada em referência a esse fenômeno era “prostituição infanto-juvenil”. Importante explicitar essa diferença termi-

nológica porque encerra, na verdade, uma diferença conceitual.

"Desde a CPI da Prostituição Infanto-Juvenil no Brasil, em 1993, buscou-se avançar na compreensão dessa temática, designando-se o fenômeno, a partir de então, como Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em consonância com o que estabelece o ECA em seu artigo 5º. Os setores da sociedade envolvidos com a questão passaram a utilizar a nova denominação, por considerar a prostituição um modo de vida que abrange determinado segmento social, e que apenas o adulto poderia optar, com consciência de seus atos, por esse modo de vida. 'Uma criança, com menos de 12 anos de idade, e um adolescente com menos de 18 anos, não optam por se prostituírem, mas são induzidos pela prática delituosa do adulto.' (Leal, 1999, p. 21.) Avançou-se, também, na consideração das dimensões ética e política que envolvem o fenômeno, tratando-o enquanto uma questão de cidadania e direitos humanos, e sua violação como um crime contra a humanidade." (Teixeira, 2001, pp. 25-26.)

Tratamos aqui, portanto, de exploração sexual e de adolescentes prostituídas, reafirmando sempre esse lugar de vitimização social caracterizado pela violação de direitos a que esta adolescente está submetida.

O Sujeito Sócio-Histórico

A Psicologia Sócio-Histórica fundamenta-se nas idéias de Vigotski, enfatizando a complexidade das transformações que constituem o desenvolvimento humano. Vigotski rejeita o conceito de desenvolvimento linear, superando a noção de que este se dá a partir de uma lenta acumulação de mudanças unitárias. Incorporando a dialética marxista como base de sua teoria, parte do materialismo histórico para compreender o homem como sujeito. Amplia a concepção estática e unilateral do determinismo social, concebendo o movimento permanente da relação do homem com o mundo material pela mediação dos significados construídos nessa relação.

O homem é concebido como a síntese de múltiplas determinações, cuja subjetividade é construída material e historicamente. Imerso em sua cultura e nas suas mais diversas relações sociais, segue permanentemente produzindo novas

configurações subjetivas, a partir das experiências materiais, de suas atividades interativas. Este é o curso do desenvolvimento humano, que converte experiências em sistemas de signos que mediatizam e organizam o funcionamento integral de todas as suas funções psicológicas.

A linguagem enquanto mediadora das relações sociais torna-se, portanto, o principal instrumento desse processo. É por meio da significação e da produção de sentido que ocorre a hominização do homem, ou seja, a apreensão e recriação de significações que acontecem no processo social e histórico.

Compreendemos o processo semiótico como o processo humano de atribuir significado aos signos, palavras, e portanto em permanente transformação, dado seu caráter social e histórico. Cabe, no entanto, assinalar a diferença entre significado e sentido, já que buscamos, pela análise da linguagem, reconhecer a singularidade do sujeito.

Vigotski (1998, p. 181) nos fala sobre as idéias de Paulhan, segundo o qual "o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência", é dinâmico, complexo, absolutamente peculiar ao próprio sujeito e ao contexto em questão. "Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido." Já o significado refere-se à mais estável e precisa das zonas do sentido, ou seja, "o significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é que uma pedra no edifício do sentido".

O autor coloca ainda que, apesar das palavras e os sentidos serem relativamente independentes entre si, o "enriquecimento das palavras que o sentido lhes confere a partir do contexto é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras" (p. 181). Dessa maneira, a produção de sentido elaborada pelo sujeito revela sua própria subjetividade, apresenta-se como síntese cognitivo-afetiva do pensamento em questão, manifesto em determinado contexto. As falas ditas na vida real possuem sempre um sentido oculto, um subtexto, que quando apreendido revela subjetividade.

O pensamento e a linguagem, apesar de imbricados, apresentam estruturas diferentes. A fala se constitui em unidades separadas (signos), enquanto que o pensamento apresenta-se na totalidade. O fluxo do pensamento não tem um correspondente imediato em palavras, essa transição passa pelo significado. Por isso em nossa fala há sempre o pensamento oculto, o subtexto.

Tratando da comunicação entre pessoas, Vigotski conclui que:
“Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras – temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que conheçamos a sua motivação.” (1998, p. 188.)

O pensamento é gerado pela motivação, ou seja, pelos desejos e necessidades, interesses, emoções. Na base de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva a ser considerada, quando a intenção é compreender o pensamento de alguém. Essa tarefa implica o desvelamento da história desse sujeito e das circunstâncias que produzem suas configurações subjetivas, a partir de uma postura não reducionista, que reafirme o movimento dialético do processo constitutivo dessa subjetividade.

Expressão da Subjetividade

Apresentaremos a seguir a análise psicossocial de alguns trechos da fala de Celina, uma das meninas acompanhadas pelo Projeto Camará. Pretendemos com isso exemplificar a leitura que realizamos para apreensão do sentido subjetivo que ela atribui à exploração sexual, identificando em sua fala a gênese dessa subjetividade ao estabelecermos as relações entre o que é expresso no discurso e o contexto social em que este é produzido.

Importa dizer que esta reflexão foi produzida no âmbito de uma pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas abertas, onde três adolescentes prostituídas puderam falar sobre suas vivências e sentimentos sobre a exploração sexual. Esta pesquisa originou a dissertação de mestrado “O Outro Lado do Espelho – A Exploração Sexual sob o Olhar de Adolescentes Prostituídas” (Teixeira, 2001), cuja metodologia foi pautada na identificação de núcleos de significado nas falas de cada menina, analisados na perspectiva sócio-histórica. Transcreveremos aqui a análise de um desses núcleos de significado:

Significação Ambígua: Negação e Valorização da Exploração Sexual

A primeira reação de Celina, quando questionada sobre a prática da exploração sexual, foi a demonstração de constrangimento e pouca disponibilidade de falar sobre o assunto.

"ah, disso eu não gosto de falar... (...) sei não... sei lá... eu acho que é um negócio que é até difícil..."

"porque tem muita gente que tira sarro da cara!..."

"...eu mesma só fui uma vez que eu fiz isso... só uma... mas eu já fui junto com as outras meninas, mas eu não fiz nada. Só uma vez porque eu tava precisando mesmo de dinheiro."

Baixa o tom de voz, mostra-se mais pensativa, fazendo-me perceber quanto é difícil para ela identificar-se com esse papel social. Dizer que 'foi só uma vez', numa situação em que estava 'precisando mesmo' de dinheiro, provavelmente é uma tentativa de amenizar sua culpa pela suposta transgressão moral e manter sua imagem de não-prostituída perante mim, que a entrevistava. Ela pode estar com as meninas que fazem programa, participar do mesmo cotidiano, 'ir junto' com elas, e 'não fazer nada'. Esta formulação permite que se sinta a salvo, absolvida de uma possível condenação social. Configura sua subjetividade incorporando o significado social da prostituição enquanto atividade moralmente condenável. Sendo muitas as pessoas que 'tiram sarro da cara', sente-se forçada a agir de maneira a amenizar esse olhar condenatório, buscando diferenciar sua identidade em relação às outras meninas, para não sofrer as conseqüências de tal discriminação. Se nos remetemos ainda à obediência que costuma dedicar aos namorados, podemos concluir que no campo afetivo a aprovação do outro, para Celina, parece imprescindível.

"por que condenam? tipo uma coisa antiga, tipo assim... quando Deus... fala assim, quem não comete um pecado... como é que ele falou!? Não jogue pedra naquela mulher... que os outros tavam jogando pedra nela, "quem não tiver pecado jogue a primeira pedra", né, ele falou. Tipo, alguém jogou a primeira pedra? Ninguém... faz tempo, desde o tempo do Deus que existe menina que faz programa, sei lá..."

Quando tenta explicar o porquê da condenação social à prostituição, apresenta valores religiosos que remetem a prática da exploração sexual ao pecado. Reproduz um padrão cultural calcado na imagem de pureza que a mulher deve

conservar para ser valorizada, apresentando as contradições internas dessa colocação. Ainda que de forma mal elaborada, faz uma ligação entre a antiguidade do fenômeno e o fato de não haver aquele que, sem pecado, possa atirar a primeira pedra. Parece revelar aqui um elemento central do sentido contraditório que a prostituição adquire para si mesma. Não entende direito como, mas percebe a ambigüidade da própria sociedade no trato à questão: na prostituta deposita-se o lugar do pecado, mas não há aquele que não seja pecador. E, ainda, a prostituta representa a não-pureza para garantir à mulher não prostituta seu lugar santificado à imagem cristã. Celina parece sentir que à prostituta reserva-se, portanto, um lugar social legitimado e atacado ao mesmo tempo.

Ela parece ser movida por essa contradição. A depender do contexto ou do foco dado ao tema, coloca-se a partir de um ou outro lugar.

{as meninas} "têm vergonha, não gosta nem que os outros falem... elas não gosta, ninguém tipo gosta, porque isso é uma coisa muito ruim!..."

"é... umas, umas assim, umas já gostam, não têm preconceito de falar, porque elas fala: nós não tem vergonha!... Elas já tão nisso há muito tempo!"

Aborda a questão da vergonha primeiramente como um sentimento compartilhado por todas as meninas, já que a prática da exploração sexual 'é uma coisa muito ruim'. Fala aqui desde o lugar atacado pela sociedade. Em seguida faz considerações sobre o grupo das que 'estão nisso há muito tempo', portanto numa posição legitimada, em que a culpa é amenizada e a vergonha deixa de ser um sentimento presente. O significado social da prostituição é apropriado por ela, mas enquanto sentido subjetivo transforma-se em ambigüidade e contradição.

Nos parece fácil compreender por que Celina fala das adolescentes prostituídas na terceira pessoa, já que ela também faz programa. Apesar de ter dito que o fez apenas uma vez, demonstra um conhecimento e uma prática que nos leva a concluir que esse número foi subestimado. Como não pertence ao grupo das que 'estão nisso há muito tempo', identifica-se com as que se envergonham, que não assumem essa prática como tal. O peso da condenação social é forte o bastante para que ela não assumira essa identidade para si, delegando-a, portanto, às outras meninas.

Acentuando o sentido de ambigüidade, Celina estabelece, ainda, uma relação muito estreita entre a exploração sexual das meninas com práticas delituosas, defendendo-a como um direito legítimo da menina quanto ao uso do próprio corpo.

"não tá cometendo nenhum crime, não tá matando, não tá roubando nada, tá vendendo o corpo delas pra ganhar um dinheiro, não é assim? Não tá errado, não!...."

"tem cara aí que fala: ah, vou traficar pra arrumar dinheiro, vou matar um aí pra arrumar dinheiro! Então ganha dinheiro fácil, mas ganha o quê? cadeia... uns a morte!... E essas meninas, não! elas ganham dinheiro fácil, mas também não ganha cadeia, a morte, já tem um dinheiro pra se levantar na vida, pra poder usar..."

Faz uma distinção clara do que é ilegal nesse contexto, colocando a exploração sexual em situação de vantagem quanto às outras formas, identificadas por ela, de se conseguir 'dinheiro fácil'. O sentido construído refere-se a um raciocínio simples: se não é crime, não está errado. Observemos que a ligação feita entre esses dois tipos de práticas (exploração sexual e delito) é explicitada em sua fala por se tratar, em ambos os casos, de formas de obtenção de 'dinheiro fácil'. Esta marca parece estar implicada com outro fator de identificação entre tais práticas, qual seja a de condenação da sociedade à prostituição e ao crime. Isso os aproxima enquanto categoria de atos de transgressão a normas sociais, conferindo-lhes certa similitude, explicitada na fala de Celina. No entanto, ao diferenciá-las em relação à legalidade, a exploração sexual é apresentada como vantajosa, porque não dá cadeia. Tal significado é incorporado por ela, alimentando ainda mais suas contradições.

Esta análise realizada por Celina considera a exploração sexual apenas no aspecto do ato praticado pela própria menina, qual seja o comércio do próprio corpo, não estabelecendo relação alguma com o fato de ser menor de idade, e portanto numa situação de fragilidade no que se refere a ser alvo de exploração por adultos, estes, sim, agentes de atos delituosos por violarem a lei que prevê a proteção dessas meninas. Ainda que não conflitue com a lei, identifica-se é com o

lugar do transgressor, não como vítima de direitos violados. E faz uso desse sentido de transgressão como bandeira de um movimento por independência.

"eu não sou contra, não sou mesmo, de nenhuma menina! eu não sou contra, ao contrário! eu apoio elas; elas sai de casa, e eu acho é MUITO BOM que elas fazem isso! Tipo, eu acho legal, tipo, eu queria que todas as pessoas achassem isso, porque uma: elas estão fazendo com o corpo delas!"

Nesta fala demonstra o sentido subjetivo presente sobre a prática da exploração sexual. Foi colocada num momento em que ela se mostrou muito à vontade e foi absolutamente enfática. Diz claramente quanto essa prática significa a possibilidade de independência em relação à família, em primeiro lugar. O fato de comercializarem nada além do que o próprio corpo, o que de mais pessoal e intransferível alguém pode possuir, parece conferir uma certa sensação de onipotência, de poder, tamanha a sensação de independência e liberdade que lhe proporciona. No entanto, ela se trai e nos remete à sua permanente ambigüidade no trato dessa questão. Ao declarar seu desejo de que 'todas as pessoas achassem isso', ela demonstra aí sua insegurança, sua necessidade de aprovação, seu limite nesse intrincado jogo social, o outro lado de sua postura aparentemente independente e transgressora.

Sobre a Clínica do Acompanhamento Terapêutico

Um dos grandes desafios que temos enfrentado em nossa prática institucional é o desenvolvimento de metodologias de intervenção que revelem operatividade em situações complexas, nas quais risco social produz risco psíquico e alienação e exclusão social caminham lado a lado.

Por operatividade entendemos uma metodologia capaz de acompanhar os movimentos singulares de um sujeito em busca do reconhecimento de si e de seu lugar social, ao mesmo tempo em que demonstra potência analítica para ensejar e sustentar modelos de intervenção nessa realidade social.

Fomos buscar referências na clínica do acompanhamento terapêutico a qual, acreditamos, possua essa potência analítica capaz de produzir desdobra-

mentos em ações clínicas e políticas, uma vez que se trata de uma clínica implicada com o sujeito e suas ações no mundo.

Contaremos um pouco da história do acompanhamento terapêutico e a seguir apresentaremos duas cenas de acompanhamento com adolescentes em situação de exploração sexual. Tentaremos mostrar o lugar no qual o acompanhante se coloca na relação com o acompanhado, como se afeta pela subjetividade que se presentifica em palavras e atos e como maneja a situação a partir da escuta clínica que opera.

Um Pouco de História

O acompanhamento terapêutico tem como precursores o movimento antipsiquiátrico e a psicoterapia institucional que ocorreram a partir da década de 50 na Europa e nos Estados Unidos. Os principais expoentes destes movimentos foram Ronald Laing e David Cooper na Inglaterra, Franco Basaglia na Itália, Jean Oury na França e Thomas Szasz nos Estados Unidos. Na América Latina surgiu no final da década de 60 por intermédio de uma equipe multidisciplinar coordenada pelo psicanalista Eduardo Kalina.

Seu surgimento, portanto, está ligado às novas concepções de psiquiatria e da psicologia que passaram a considerar a exclusão social como um dos fatores de intensificação do adoecimento. Atendia tanto a uma demanda de pacientes psicóticos cujos tratamentos conhecidos não se mostravam eficazes, bem como de pacientes que, ainda que conseguissem se tratar em regime de hospital-dia, necessitavam de algum tipo de suporte nos horários em que não se encontravam na instituição. O amigo qualificado era aquele profissional que retirava o paciente dos estreitos limites de sua casa e o introduzia nas ruas, nas cidades, na realidade social da qual havia permanecido por tanto tempo alienado.

Os resultados desta prática mostraram-se tão eficazes que no decorrer do tempo ampliou-se o espectro de pacientes que podiam se beneficiar deste trabalho. Pacientes que, cada qual à sua maneira, viviam algum tipo de alienação social, fosse por uma razão circunstancial (um pós-operatório, um surto agudo, um acidente), fosse por uma contingência subjetiva (sua organização psíquica).

Este trabalho foi deixando o lugar de prática clínica acessória a outros

tratamentos para tornar-se, para diferentes tipos de pacientes, o tratamento possível. Essa mudança de posição e mesmo de função levou à mudança de nome de amigo qualificado para acompanhante terapêutico e implicou a necessidade de elaborações teóricas que pudessem dar conta dessa prática tão singular.

O acompanhamento terapêutico se dá no cotidiano do paciente e é daí que a escuta clínica opera: na casa do paciente, nos trajetos nos quais circula, nos espaços sociais que frequenta. O acompanhante terapêutico se implica neste cotidiano, sustentado por uma relação transferencial, cujo manejo opera no sentido de produzir novas conexões deste sujeito com o campo social. Os encontros são geralmente marcados por aquilo que denominamos como um fazer, ou seja, uma ação que promova algum tipo de movimento, de abertura, de entrada, de contato. Isso acontece de maneiras diversas, seja realizando algo que o sujeito esteja querendo (comprar roupas, material escolar, fazer uma festa, um passeio), algo que o sujeito esteja necessitando (ir ao médico, ao dentista, estudar e fazer trabalhos escolares, conversar com professores), ou ainda algo que percebemos ser um diferencial dentro do contexto no qual ele vive.

Em função das peculiaridades clínicas deste trabalho torna-se necessário que o acompanhante terapêutico seja um profissional em constante formação, que possa ter um grupo de referência e supervisão.

Cenas de Acompanhamento

1º CASO

Era uma tarde de terça-feira, dia em que freqüentemente conversávamos. Neta e avó geralmente vinham juntas, mas naquela terça apenas a avó estava comigo. Durante o atendimento, de repente Camila abriu a porta, com a liberdade de quem sabia que aquele espaço também era seu, e de pé, à porta, virou-se para mim e pediu dois passes de ônibus. Estava com o olhar vivo, e apressada para sair logo. Indago: "Como assim?"

Fala, simplificadamente, que precisava ir a um banco em Santos, trocar um cheque. A avó interpela, expressando medo e desconfiança: "Que cheque é esse?"

Camila, então irritada, responde evasivamente e insiste em querer de mim uma resposta, ou melhor, os passes. A entrada de Camila provocou um

acontecimento que, a meu ver, deveria ser trazido para o grupo familiar. Não se tratava de responder afirmativa ou negativamente ao seu pedido. Os acontecimentos, isto é, aquilo que rompe, o disruptivo, permite também a construção de várias possibilidades.

Após um certo tempo de hesitação, Camila entrou na sala e o pedido dos passes foi se delineando numa possibilidade de acompanhamento. O acompanhamento naquele momento não seria apenas o percurso em direção ao banco, mas fundamentalmente a vivência de ir significando os movimentos, assegurar os desejos de autonomia, emancipação, sem deixar à margem as formas de conquistá-la.

Da avó ouvi, uns dias depois, uma aliviada confissão: "Aprendi um pouco a não dizer 'sim' por medo, quando estou cheia de medos. E a não falar apenas 'não' e vê-la se afastar". Tratava-se da visualização de novas e variadas possibilidades de intervenção, que implicavam o questionamento da situação que se apresentasse, e não mera repetição de respostas padronizadas que contribuía para um progressivo distanciamento entre avó e neta.

Naquela ocasião Camila estava morando fora da casa da avó, que a criara desde pequena. Morava em um cortiço e se mantinha com programas sexuais e favores de colegas traficantes. As intensas vivências desta experiência, algumas vezes de onipotência, ao sentir-se sobrevivente num contexto tão trágico, se misturavam a outras de medo e estranheza, ao sentir-se ameaçada e usada.

A ininterrupta atenção que o Camará vem oferecendo à família e à jovem, ora juntas, ora em suas singularidades, tem demonstrado ser um instrumento potente. Atualmente, as conversas e trocas entre ambas vêm se intensificando, favorecendo sua atual situação de retorno a casa.

2º CASO

Ana, vez por outra, aparecia no Camará. Menina de programa, mulher de presidiário, mãe de Mateus, com 2 anos, e filha de uma família com poder aquisitivo suficiente para possuir um apartamento de dois quartos, num decente prédio de três andares, em um dos poucos bairros saneados da cidade. Com seu corpo judiado, seu linguajar vulgar, seus gritos, enfrentamentos e ameaças, não raramente intimida e desperta raiva nos outros, sem deixar também de oferecer-se

como modelo identificatório de uma pessoa valente e poderosa.

Confesso que foi necessário um esforço maior para que eu descobrisse suas fragilidades, sonhos, generosidade e poesia. A primeira aproximação ocorreu quando, após vê-la numa briga de tapas, palavrões e ameaças à porta do Camará, chamei-a para conversar. Ouvi e reconheci sua crítica e adequação na análise da situação. Ana brigara com uma outra jovem, que inadequadamente exigia água na casa vizinha. Tal menina, aos gritos, xingava a vizinha pela demora. Ana, cuidadosa na observância e no reconhecimento do significado daquela atitude, não teve o mesmo cuidado com sua própria atitude, isto é, "saiu na porrada". Afinal, esta era, comumente, sua forma de expressão.

A conversa permitiu identificar os vários aspectos do ocorrido, tirando-a do único lugar a partir do qual acreditava ser vista, de alguém que faz e pensa tudo errado. A partir de então vimos construindo uma relação de maior confiança e intimidade, o que tem lhe permitido apresentar outros aspectos de sua subjetividade. Marotamente contou-me, por exemplo, que há três anos, isto é, até seus 14 anos, usava chupeta e brincava com bonecas atrás das cortinas na casa da mãe, aspectos até então cuidadosamente apartados de suas vivências atuais.

Ana passou a freqüentar o projeto com mais assiduidade. Seu padrão explosivo no contato com o outro, embora muitas vezes se repetisse, comigo se modificara. Também com outros membros da equipe, que, pelo processo de ampliação do conhecimento sobre sua história de vida, ajudavam na construção de muitas outras aproximações e produções.

A avaliação de seu processo, realizada durante a supervisão em equipe, levou-nos a optar por acompanhá-la intensamente, mas apenas em espaços externos ao Camará. Entendíamos que, naquele momento, suas atitudes destrutivas dificultavam os cuidados para consigo e para com o grupo quando participava de atividades coletivas. Entre diversas ações de acompanhamento, participamos, por exemplo, da organização de sua nova moradia, que, embora muito simples, expressava aconchego através da arrumação, incensos e ursos de pelúcia espalhados pela cama.

Aos poucos, sua presença no Camará foi se tornando possível e desejada. Decidiu participar da Oficina de Fotografia e passou a ser o grande destaque nas aulas de dança africana. Há cerca de três semanas sumiu novamente. Em visita ao seu quarto, o encontramos vazio, com a porta aberta, restos de comida no fogão e

um balde de urina ao centro. Ninguém na vizinhança soube dizer nada. Recebemos, poucos dias depois, a notícia de que Ana havia presenciado um assassinato no quintal daquele cortiço onde morava. Um jovem fora morto a machadadas, os assassinos foram presos dois dias após o crime e pairou uma suspeita de que poderia ter sido ela a delatora. Ana começou a ser ameaçada e fugiu.

Conclusão

Posto o desafio, antes de tudo é preciso delimitá-lo. Buscamos metodologias de intervenção que, apoiadas em trabalhos de pesquisa aplicada, produzam referências para práticas de transformação social. Diante da complexidade da estrutura social e dos efeitos subjetivos que produz, nos impomos a tarefa de atuar clinicamente, apoiados na concepção de sujeito determinado sócio-historicamente, conforme discorreremos neste artigo.

Produzir transformação social é tarefa árdua, que requer grande investimento em processos educativos e de fortalecimento dos grupos e instituições. Por vezes hesitamos entre a ação terapêutica e a ação educativa. Mais do que hesitação, entretanto, trata-se de acreditar que precisamos lançar mão de todas as ferramentas conceituais de que dispomos e de inventar novas estratégias, que melhor respondam à complexidade do real. Tal é o desafio que desejamos compartilhar com o leitor e com todos os companheiros de trabalho.

Bibliografia

BARRETO, K. D. *Ética e técnica no acompanhamento terapêutico*, Unimarco Editora, SP, 1998.

Equipe de acompanhantes terapêuticos do Hospital-Dia A Casa. *A rua como espaço clínico*, Editora Escuta, SP, 1991.

Equipe de acompanhantes terapêuticos do Hospital-Dia A Casa. *Crise e Cidade – acompanhamento terapêutico*, EDUC, SP, 1997.

LEAL, M. E. P.; CÉSAR, M. A. (org). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Brasília, Cecria, Ministério da Justiça, Cese, 1998.

- LEAL, M. L. P. 1999. Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório final – Brasil. Brasília, Cecria, Unicef, Cese, Ministério da Justiça, Visão mundial, Instituto Interamericano del Niño.
- TEIXEIRA, L. C. O outro lado do espelho – a exploração sexual sob o olhar da adolescente prostituída, dissertação de mestrado em psicologia social, PUC-SP, 2001.
- VAZ, M. 1997. A situação do abuso sexual e da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes no Brasil. In: COSTA, João de Jesus da (coord). Rompendo o silêncio. Seminário multiprofissional de capacitação sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, São Luiz/MA, Cedeca/Procuradoria da Justiça.
- VIGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem. SP, Martins Fontes, 1998.

Bibliografia Complementar

- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (orgs). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder, SP, Iglu Editora, 1989.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). Psicologia sócio-histórica, SP, Cortez Editora, 2001.
- FALEIROS, E. T. S. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Brasília, Thesaurus, 2000.
- FALEIROS, V. P. (coord). Fundamentos e políticas contra exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Brasília, Ministério da Justiça, 1997.
- GABEL, M. Crianças vítimas de abuso sexual, SP, Summus Editorial, 1997.
- GOMES, R. O corpo na rua e o corpo da rua. A prostituição infantil feminina em questão, SP, Unimarco Editora, 1996.
- GUERRA, V. N. A. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada, SP, Cortez Editora, 1998.
- MADEIRA, F. R. Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil, RJ, Unicef/ Ed. Rosa dos Tempos, 1997.
- MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social – teoria, método e criatividade,

RJ, Vozes, 1994.

MOLON, S. I. Subjetividade e constituição do sujeito em Vigotski, SP, EDUC, 1999.

SANTOS, B. R. A emergência da concepção moderna de infância e adolescência, dissertação de mestrado em ciências sociais - antropologia, PUC-SP, 1996.

SANTOS, B. R. A cidadania "regulada" de crianças e adolescentes, 1999 – Estudos – Revista da Universidade Católica de Goiás, Nº 1, v. 26, Goiânia.

SOUSA, S. M. G. Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI, tese de doutorado em psicologia social, PUC-SP, 2001.

COSTA, J. J. (coord). Rompendo o silêncio. Seminário multiprofissional de capacitação sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, São Luiz/MA, Cedeca/Procuradoria da Justiça, 1997.

VIGOTSKI, L. S. Teoria e método em psicologia. SP, Martins Fontes, 1996.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. SP, Martins Fontes, 1999.

Pacto São Paulo

O Pacto São Paulo contra a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes é um movimento social que atua na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, articulando sociedade civil e poder público. Sua atuação está fundamentada nos Planos Nacional e Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, planos estes desenvolvidos a partir das resoluções do Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças (Estocolmo, 1996), com participação ativa do Brasil. Além disso, os Planos Nacional e Estadual seguem a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ONU/1990), ratificada pelo Brasil no mesmo ano, a Constituição Federal de 1988, principalmente em seu artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90).

A Coordenação do Pacto São Paulo

- Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância do ABCD – Crami-ABCD: considerada nacionalmente uma das ONGs referência para os casos de maus-tratos contra criança e adolescente.

- Visão Mundial: presente em mais de 90 países, concentra suas ações no Nordeste brasileiro, em Tocantins, no norte de Minas Gerais, no Amazonas e em grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Com o compromisso de promover a vida, a ONG investe em projetos sociais que enfatizam o desenvolvimento da criança. Além da coordenação do Pacto, é responsável pelo repasse de recursos para o mesmo.

- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente – Condeca-SP: um órgão deliberativo, autônomo, formulador e controlador das ações e políticas relacionadas à criança e ao adolescente no Estado de São Paulo, composto paritariamente por dez representantes eleitos da sociedade civil organizada e por dez representantes governamentais com gestão de dois anos.

Participação Ativa

Resultado de um movimento social e de uma demanda de articulações com as ONGs, o Pacto São Paulo possui instituições coordenadoras das ações regio-

nais, as quais atuam na área da infância e juventude, buscando sensibilizar, capacitar profissionais, mobilizar e informar a sociedade para o enfrentamento da violência sexual. Estão envolvidos 645 municípios das quinze regiões administrativas que compõem o Estado. São elas:

Grande São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Bauru, Sorocaba, Araçatuba, Araraquara, Marília, Franca, Barretos, Vale do Ribeira e Vale do Paraíba.

Ações do Pacto São Paulo

O Pacto São Paulo estruturou suas ações com base nos Eixos Estratégicos do Plano Nacional e definiu prioridades para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, que se fortaleceram a partir das parcerias estabelecidas:

- Articular os parceiros do Estado de São Paulo para a construção de um trabalho em rede.

- Pesquisar com o objetivo de conhecer e intervir de forma eficaz na realidade da violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Estado de São Paulo.

- Potencializar as políticas públicas existentes e desenvolver políticas alternativas.

- Fomentar a consciência pública na mobilização da sociedade para o enfrentamento da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

- Capacitar os diversos profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes para a identificação e intervenção.

O trabalho de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é de extrema importância e responsabilidade por lidar com um problema tabu em nossa sociedade – e, enquanto tal, é bastante velado, levando as pessoas violentadas a sofrer em silêncio. A falta de uma intervenção profissional e especializada acarreta sérios problemas psicológicos e sociais.

Contatos:

Tel. (11) 4427-6604

www.pactosp.org.br

Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar



Organização
Liuda Simone Mallak
Maria Goreta O. M. Vasconcelos

REALIZAÇÃO



FUNDAÇÃO ORSA
Criança e Vida

Pacto São Paulo



Contra a violência, abuso e exploração
sexual de crianças e adolescentes

CHILDHOOD
INSTITUTO WCF - BRASIL

COORDENAÇÃO DO PACTO SÃO PAULO



APOIO



Grupo Visual Comunicação

ISBN 85-89322-01-7



9 788589 322010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar /
organização Maria Gorete O. M. Vasconcelos, Linda Simone Mallak
(colaboração Felipe Raminelli Leonardi) – Carapicuíba, SP:
Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.

Vários coordenadores.

1. Crianças – Violência sexual 2. Crimes sexuais 3. Vítimas de abuso
sexual I. Vasconcelos, Maria Gorete O. M. II. Mallak, Linda Simone.

02-4640

CDD-362.76

Índice para catálogo sistemático:

1. Crianças e adolescentes: Violência sexual: Problemas sociais 362.76
2. Violência sexual infanto-juvenil: Problemas sociais 362.76

REALIZAÇÃO

Pacto São Paulo
Fundação Orsa
WCF-Brasil

COORDENAÇÃO DO PACTO SÃO PAULO

Crami ABCD
Condeca
Visão Mundial

ORGANIZAÇÃO

Maria Gorete O. M. Vasconcelos
Linda Simone Mallak

COLABORAÇÃO

Felipe Raminelli Leonardi
Welinton Pereira da Silva

PROJETO GRÁFICO

Campo Visual Comunicação

DIAGRAMAÇÃO

José de Arimatéia

REVISÃO

Jussemara Varella